



ASSASSINATO EM GUARULHOS

Força-tarefa investiga morte de delator do PCC

A execução de Vinicius Gritzbach, no aeroporto de São Paulo, ganhou repercussão internacional. Acusado de dois assassinatos, o empresário estava denunciando os esquemas do crime organizado

» IAGO MAC CORD*

O secretário da Segurança Pública (SSP) de São Paulo, Guilherme Derrite, criou, ontem, uma força-tarefa para investigar o assassinato de Vinicius Gritzbach, delator do PCC, no Terminal 2 do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, na última sexta-feira.

Derrite afirmou, em coletiva de imprensa, que, apesar dos assassinos utilizarem máscaras e luvas, após o crime, foi possível perceber o carro que eles utilizavam, encontrado no dia seguinte.

“Quando os criminosos estavam neste veículo, já não dispunham mais, segundo informações, de balaclava, de luva, ou seja, com os devidos cuidados que estavam quando cometeram o crime”, comentou o secretário. No dia seguinte ao crime, o carro dos criminosos juntamente com uma mochila foram encontrados a sete quilômetros do aeroporto. Derrite afirmou que, quando os agentes chegaram ao local, encontraram armas e materiais utilizados pelos atiradores. Além destes, foram encontrados, segundo o chefe da pasta, materiais combustíveis, que indicavam que os criminosos tinham a intenção de queimar as evidências. “Por que isso acaba sendo positivo para a investigação? Porque foi feita uma pericia longa e exaustiva, e material genético foi colhido nesse veículo. O armamento vai passar por peritos também”, afirmou Derrite.

Há, porém, indícios de ligação entre a polícia e o crime organizado, citados por Vinicius oito dias antes de seu assassinato, em depoimento à Corregedoria da Polícia Civil. Quando foi preso pela primeira vez, suspeito de encomendar a morte de um ex-chefe do PCC, Anselmo Bechele Santa Fausta — o “Cara Preta” — e seu motorista, o empresário acusou agentes da Polícia

Divulgação/SSP-SP



Secretário de Segurança Pública de SP, Guilherme Derrite, informa que foram encontrados vestígios dos criminosos no carro que usaram

Civil, que revistaram sua casa e roubaram R\$ 20 mil e uma caixa com cinco relógios de luxo. Após a denúncia, apenas o dinheiro foi devolvido.

Enquanto Gritzbach estava preso, em março deste ano, fechou um acordo de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo (MPSP) para expor os crimes da facção e de policiais envolvidos. Vinicius acusou, também, um delegado do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de sugerir um suborno para amenizar a sua participação na morte de Cara Preta.

Em sua delação, Gritzbach entregou, ainda, um áudio de 4 minutos e 59 segundos aos promotores do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime

Organizado (Gaeco) de São Paulo. Na gravação, um investigador do Denarc e o advogado Ahmed Hassan, acusado de fazer parte da cúpula do PCC e lavar dinheiro para a facção, discutiam aumentar o prêmio pela “cabeça” de Gritzbach de R\$ 300 mil para R\$ 3 milhões.

De acordo com o promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do MPSP, Gritzbach recusou ingressar no programa de proteção de réu colaborador, por não abrir mão do seu estilo de vida e, apesar de ter consciência do risco que corria, iria arcar sozinho com segurança particular. Conforme o **Correio** apurou, os policiais militares Adolfo Oliveira Chagas, Leandro Ortiz, Romarks César Ferreira de Lima e Jefferson Silva

Marques de Sousa foram os contratados para realizar a escolta de Vinicius.

A falha na escolta foi o que levantou as maiores dúvidas em relação ao assassinato de Gritzbach. No dia do ocorrido, os quatro policiais deveriam ter ido buscar o delator no Terminal 2 do aeroporto de Guarulhos, mas somente um apareceu. Em depoimento ao DHPP e à Corregedoria da PM, eles afirmaram que um dos dois carros que utilizariam no comboio apresentou problemas mecânicos.

Participam da força-tarefa o secretário-executivo da Segurança Pública, dois delegados da Polícia Civil, dois coronéis da Polícia Militar, uma perita Classe Especial e um representante do Ministério Público.



Quando os criminosos estavam neste veículo, já não dispunham mais, segundo informações, de balaclava, de luva, ou seja, com os devidos cuidados que estavam quando cometeram o crime”

Guilherme Derrite, secretário da Segurança Pública (SSP) de São Paulo

CB.PODER

“Falta rumo na mineração”

» VITÓRIA TORRES*

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) Raul Jungmann, apontou, ontem, que o Brasil carece de políticas públicas que deem um direcionamento para a atividade mineradora no país. Em entrevista ao CB.Poder — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília, Jungmann destacou as grandes oportunidades que se apresentam, inclusive para uma indústria sustentável, mas que o setor não consegue aproveitar porque não há políticas claras por parte do governo.

“Falta de rumo”, comentou ele, ao ser indagado pelas jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes sobre o principal problema enfrentado, hoje, pelo setor. “Por ser uma atividade desenvolvida no subsolo, a mineração precisa contar com o Estado para definir os rumos de atuação”, argumentou. Segundo ele, o setor sozinho não pode ditar os termos dessas parcerias.

“Precisamos, por exemplo, de definições em relação a que setores seria estratégico desenvolver. Não temos estudos, não temos rumo.”

Para Jungmann, que já ocupou cargo de ministro nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer, o país perde grandes oportunidades, especialmente no que se refere aos minerais críticos, considerados essenciais para a transição energética. Ele citou a parceria entre a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e a Toshiba e a Volkswagen Caminhões e Ônibus, que possibilitou a fabricação de uma bateria, à base de nióbio, para ônibus elétrico, cujo tempo de carregamento não ultrapassa os oito minutos. “É tempo que o motorista toma uma água”, ilustrou, recordando que, no mundo inteiro, as baterias são carregadas em oito horas. “O Brasil detém 95% do negócio de nióbio do mundo”, disse ele. “Mas não existem estudos ou direcionamentos do governo”.

Jungmann também mencionou a “licença ambiental” como um dos maiores desafios da mineração sustentável, ressaltando a importância de dialogar com as comunidades locais para mitigar impactos sociais, como ruídos e mudanças na paisagem. “Você tem que se entender com a sua comunidade adjacente. Isso é fundamental”, enfatizou. Ele ainda destacou a necessidade de avançar em questões como a substituição por energias renováveis e a circularidade dos recursos.

“A Amazônia é brasileira, mas diz respeito ao mundo inteiro”. O combate ao desmatamento, a poluição dos rios por mercúrio e a violência contra as populações indígenas, segundo ele, são temas que precisam ser enfrentados para garantir a sustentabilidade da região e evitar o *tipping point*, conhecido, no Brasil, como ponto de não retorno, em que, a partir de um determinado momento, a floresta não poderá mais se regenerar.

Andrea Naline/CB



Jungmann: a demora nas licenças é um entrave à mineração

“A Amazônia absorve carbono, vital para o equilíbrio climático, e é o berço dos rios que sustentam o Brasil. Abraçar a Amazônia é mais do que um cuidado, é um dever de todos nós”, afirmou.

O setor mineral, segundo Jungmann, tem potencial para atrair investimentos e consolidar

sua presença no mercado financeiro global. “O Brasil é um dos três maiores exportadores de minério de ferro, junto com a soja e o petróleo. Estamos muito bem posicionados”.

* **Estagiários sob a supervisão de Edla Lula**

APOSTAS ON-LINE

Abusos nas Bets motivam CPI e debate no Supremo

» JULIA PORTELA
» FERNANDA STRICKLAND

O Senado instala hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Bets. Criada em outubro, a CPI tem o objetivo de investigar “a crescente influência dos jogos virtuais de apostas on-line no orçamento das famílias brasileiras”.

Na reunião de hoje, marcada para as 11h, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado, que devem designar o relator indicado em seguida.

A primeira reunião estava marcada para 24 de outubro, mas a data foi modificada em função da ausência de Otto Alencar (PSD-BA), membro mais velho e que, portanto, presidiria a sessão, em Brasília.

O requerimento de criação da CPI (RQS 680/2024), da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), foi endossado por outros 30 senadores e lido em Plenário no dia 8 de outubro. De acordo com o requerimento, a CPI também vai investigar a possível associação das empresas de apostas on-line “com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades”.

Constitucionalidade

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, ontem, uma audiência pública para ouvir acadêmicos, representantes do governo e da sociedade civil sobre os impactos das apostas on-line no Brasil. A discussão foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7721, que questiona a Lei das Bets, e busca avaliar os efeitos das apostas de cota fixa no país.

“Essa decisão traz várias consequências em campos que vão da psicologia à economia. Por isso, a ideia é de que tenhamos várias visões nesta audiência pública”, declarou o relator, ao abrir a audiência. Saúde mental, impactos econômicos, lavagem de dinheiro, transparência, publicidade e direitos dos apostadores são algumas questões que o ministro pretende aprofundar.

“Os temas são múltiplos, reclamam de conhecimentos específicos de cada um dos segmentos, e esses conhecimentos são importantes para subsidiar a decisão do STF, por quanto mais próximo da realidade deve ser”, pontuou Fux.

A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, destacou a preocupação com o vício em jogos, intensificada com a digitalização e acessibilidade das apostas on-line. “Os jogos on-line funcionam como um cassino no bolso de cada pessoa, com consequências desastrosas para as famílias”, afirmou a ministra. Evaristo argumentou que as plataformas de apostas exploram fragilidades psicológicas, criando ciclos viciantes que afetam a estabilidade familiar.

Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), citou dados do Banco Central indicando transferências mensais de R\$ 18 a R\$ 21 bilhões para apostas on-line, com uma significativa parcela dos apostadores oriunda das classes D e E. “O aumento dos gastos com apostas tem afetado fortemente o orçamento familiar, incluindo beneficiários do Bolsa Família”, afirmou.